

# A falsa filantropia precisa acabar

São impressionantes as revelações da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a atuação irregular de entidades beneficentes. Conforme mostrou reportagem de Sérgio Pardellas, publicada ontem no Jornal do Brasil, mais de 5 mil instituições, entre faculdades, universidades, colégios particulares e hospitais, atuam sob o disfarce da filantropia para obter dividendos. O relatório confirma o descontrole da “filantropia” no país - espalhadas graças às brechas na legislação e à cumplicidade das autoridades.

O TCU descreve, por exemplo, a benevolência do Conselho Nacional de Assistência Social, o CNAS, órgão composto por representantes do governo e da sociedade, ao qual cabe a tarefa de regulamentar política de assistência social. Muitas das instituições classificadas como beneficentes - e, portanto, beneficiadas por uma renúncia fiscal que chega a R\$ 2,4 bilhões por ano - não preenchem os requisitos necessários para terem o direito de usufruir das imunidades de tributos federais.

Para deixarem de pagar PIS, Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a lei estabelece a aplicação de 20% da receita bruta na oferta de serviços gratuitos ou sociais. O espantoso é que, apesar de muitas descumprirem tais exigências, elas têm recebido autorização do CNAS para continuar funcionando. Segundo a radiografia do TCU, os conselheiros “procuram utilizar qualquer artifício” para que as entidades permaneçam como filantrópicas. Diz ainda que muitos “declaram-se amplamente partidários às entidades em detrimento da legalidade”.

O relatório informa mais. Denuncia a estrutura precária, a desorganização, a “exagerada” demora na análise de processos e freqüentes ausências, nas reuniões do CNAS, de conselheiros indicados pelo governo.

A gravíssima ilegalidade detectada pelo TCU escancara mais uma faceta de um problema que se estende há mais de uma década. Do outro lado da mesma moeda se encontram as organizações não-governamentais, que têm absorvido muitas funções públicas mas sem o necessário controle da sociedade, por meio de órgãos fiscalizadores do Estado. Essas entidades cobram dos poderes públicos (sem serem cobradas por estes) e exercem pretensa representatividade na interferência, que fazem, na vida nacional.

Como as universidades, escolas particulares, hospitais e outras entidades abrigadas sob o manto protetor da “filantropia”, as ONGs representariam, em tese, uma trincheira da sociedade civil contra os abusos de governos ou grandes corporações. Seriam - sempre em tese - campeãs de causas nobres. Estariam repletas de atividades altruístas. De boas intenções, dizia São Bernardo, o inferno está repleto. No meio de entidades responsáveis, estão organizações suspeitas de serem usadas como laranjas para burlar leis de licitações, desviar recursos, fazer caixa 2 de campanhas eleitorais e alimentar enriquecimento ilícito de seus “ativistas”.

No bojo dos escândalos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vieram à tona os casos de algumas ONGs que, graças às ligações de seus titulares com escalões do aparelhamento petista de governo e com base no deturpado instituto de “notória especialização” têm sido agraciadas com verbas públicas. Generosamente.

Em disfarces ecológicos, assistenciais ou religiosos, o fato é que o Brasil honesto não tolera comportamentos aberrantes, assumidos sob a frondosa copa protetora da impunidade. É hora de mostrar a inutilidade da esperteza.

(Jornal do Brasil - 27/03)

